

Aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois reuniram-se, na sede dos conselhos, os/as Conselheiros (as) **Marcos Fellipe Costa, Vitor de Castro Veiga, Nadja Amaral, Carlos Fabio de Araujo Silva, Marilene Santana, Jaguaracy Conceição, Josenita Luz Almeida e Thiago Brandão**. Estiveram presentes também os seguintes convidados: Antônio do Carmo Silva Júnior (GRADUS) e Maria Ivone Aguiar (SEFAZ). A reunião teve início às quatorze horas e doze tinha como pautas o parecer do FUNDEF e o SIOPE. O presidente explica que a reunião partiu de um pedido da SEMED e, por decisão plenária, resolveram acolher e analisar as justificativa sobre as possíveis irregularidades apontadas no parecer. Fala ainda que a metodologia já decidida é de que não construirão um novo parecer e o que considerarem pertinente, colocarão no final do parecer, ou seja, manter o texto e acrescentar parágrafos ao final. Vitor questiona como ficará algum item que, com a resposta, se torne incoerente e Marcos diz que se for o caso podem excluir o item. Marcos começa a ler o documento e diz que a secretaria entende que a participação do conselho no plano de aplicação é uma recomendação e não uma obrigação. Jaguaracy menciona o acórdão do TCU, o qual determina que o conselho acompanhe e, no entanto, já receberam o plano pronto e o plano foi alterado várias vezes sem a participação do conselho. Marcos diz que já discutiram isso e tem total acordo de que precisam acompanhar e pontua que quem constrói a lei não é o Tribunal de Contas e sim o legislativo e o município não é obrigado a cumprir a recomendação, mas estão se comprometendo que cumprirão. Ivone, representante da Secretaria da Fazenda, fala que se ainda tiverem algo para contribuir com o plano, podem sinalizar/ sugerir a modificação. Nadja fala que enviaram ofício solicitando e não ocorreu e diz que tem que ter um compromisso, um documento oficial sobre a participação do conselho e Ivone se compromete a trazer o ofício sobre a participação do conselho no plano de aplicação das verbas do FUNDEF. Na sequência, Marcos faz a leitura do item que trata sobre os tablets. Jaguaracy pontua que a Plataforma *Davi* não funcionou, inclusive tentou usar com a internet dele e ainda assim não funcionou. Comenta ainda sobre o curso *cultura digital* e diz que foi mais teoria do que prática e que só ouviu falar em *play store* nesse documento. Comenta ainda sobre a participação dos

conselheiros e diz que apenas três pessoas se posicionam. Marcos fala que na leitura entende que não funcionou e a secretaria acertou em dizer que não funcionou e mostrar os motivos. Sobre o item 2.3, Marcos considera importante ter colocado que houve sanção, no entanto, gostaria de ter a documentação sobre a multa. Ivone diz que pode tentar providenciar o documento. Jaguaracy questiona se não deveria ter sido publicado no Diário Oficial sobre a multa e Ivone diz que no aditivo do contrato já consta a multa. Sobre o item 2.5, Marcos questiona sobre a mobilização para o uso dos tablets e o que está sendo feito para o uso do equipamento. Nadja diz que na última reunião foi dito que os tablets são alimentados com atividades e questiona quem faz isso e solicita os dados de quais escolas estão usando. Marilene diz que os chips estão sendo usados nos celulares. Ivone sugere que a SEMEDE envie um relatório para o conselho sobre como os tablets estão sendo usados. Marcos diz que no documento não consta sobre a mobilização, então entende que não tem. Ivone comenta sobre a dificuldade para implantação do sistema. Marcos faz a leitura do item 2.6 e Jaguaracy pontua que não funcionou e faziam atividades impressas. Josenita questiona se houve um planejamento para uso dos tablets e Vitor diz que sim, seria no turno oposto. Fabio comenta sobre o fato de que nem todos os alunos do nono ano devolveram os tablets e Vitor diz que será encaminhado ao jurídico. Fabio demonstra preocupação porque, caso as famílias sejam notificadas, vão responsabilizar a gestão da escola. Depois, o presidente fez a leitura do item que trata sobre os livros paradidáticos. Jaguaracy comenta que nem todos os discentes receberam os livros. Nadja comenta que não realizaram licitação para a compra dos livros e que são de uma editora considerada racista e que já respondeu processo. Comenta ainda sobre a entrega dos livros, inclusive dentro da cesta básica e diz que se tivesse um projeto não teria sido entregue desse jeito. Pontua ainda que seria um livro paradidático e agora são didáticos. Ivone comenta sobre o processo de licitação e que a secretaria fez o projeto e já chegou como inexigibilidade, mas tomou o cuidado de verificar o preço e o conteúdo. Sobre a conduta da empresa, só soube em uma reunião do conselho. Jaguaracy diz que se fosse olhar as regras da inexigibilidade, não caberia nesse caso e completa que o CACS tem que acompanhar as licitações. Na sequência,

foi lido o item que versa sobre manutenção e reforma das escolas e Marcos diz que gostaria que tivessem apontado quais os serviços que foram refeitos e Vitor diz que as escolas Porto Feliz e José Ramos foram repintadas. Marcos diz que a secretaria não pode ser parceira das empresas e sim das escolas. Jaguaracy comenta sobre a sala do AEE da escola Santa Julia que alaga quando chove e pontua ainda que só depois do parecer que as coisas aconteceram e destaca que o papel do conselho é apontar e o executivo consertar. Marcos diz que não precisariam desse relatório se os documentos fossem sempre respondidos. Ivone pede um voto de confiança para gestão. Marcos propõe anexar ao final do parecer e enviar no grupo de *WhatsApp* e todos responderem por lá para não precisar de outra reunião. Na sequência, diz que com as novas informações precisam decidir se manterão a indicação de reprovação ou recomendar a aprovação com ressalvas. Vitor diz que vota pela aprovação devido ao esforço do conselho em fazer o conselho trabalhar melhor. Nadja pontua que o conselho sempre apontou as possíveis irregularidades e não teve resposta ou teve respostas não satisfatórias e algumas respostas só vieram após o parecer pronto, por isso vota pela aprovação com ressalvas. Não houve posições contrária e por consenso, o pleno decidiu pela indicação de aprovação com ressalvas. Na sequência, Marcos iniciou a pauta SIOPE e passou a palavra para Antônio, técnico da GRADUS, que explicou sobre o SIOPE e como é feita a retificação do saldo. Explicou as divergências e disse que 2020 já está pronto, faltando apenas aprovação para refazer 2021 e conseguirem ter o sexto bimestre já atualizado. Jaguaracy diz que o sexto bimestre já será analisado por outro conselho. Marcos relembra que o demonstrativo do SIOPE já estava pré-aprovado e estava condicionado à presença de Ivone e de alguém da GRADUS para explicar. Assim, fica o demonstrativo do SIOPE aprovado pelos presentes. No que ocorrer, Jaguaracy destaca que foi dito que fariam o parecer até julho e não aconteceu. Outra pendência é a questão das publicações, pois a última foi em 02/06/2021 e quando cobrou isso o presidente falou que publicaria a cada dois meses, no entanto, não se concretizou. Destaca ainda que não podem deixar em aberto para entregar ao outro conselho. Marcos diz que Cristiniana já atualizou as atas

e ele está finalizando a formatação e organizando para enviar. Sem mais a tratar, a reunião foi encerrada e foi lavrada a presente Ata.